



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento 2



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	<p>Diálogo conceitual e metodológico das ciências sociais aplicadas com outras áreas do conhecimento 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-96-6 DOI 10.22533/at.ed.966201504</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel. CDD 302.072</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

Do uso de softwares para inclusão, passando pelo design de cidades e ambientes, o que se destaca nos dois volumes aqui apresentados são as imbricações entre áreas de conhecimento com vistas a tornar a vida viável.

Diversos em suas metodologias e métricas áreas como economia, administração, arquitetura, geografia, biblioteconomia, entre outras, confluem na preocupação com necessidade de compreender o mundo, superar seus desafios e propor caminhos que apontem para a o uso sustentável do solo, o direito à cidade, o acesso ao conhecimento.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: A GESTÃO EM REDE NA PARTICULARIDADE DE JOÃO PESSOA	
Maria De Fátima Leite Gomes Luciana Alves Yaggo Leite Agra Laryssa Lorranny Melo De Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.9662015041	
CAPÍTULO 2	12
COMPARAÇÃO DE PREÇOS DA CESTA BÁSICA DE MAIO A SETEMBRO DOS ANOS DE 2017 E 2018 EM ERECHIM	
Indaiá Tainara Tamagno Carlos Frederico de Oliveira Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.9662015042	
CAPÍTULO 3	22
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DAS INTERVENÇÕES DE MOBILIDADE URBANA AO LONGO DO CÓRREGO ÁGUAS ESPRAIADAS – SP	
Vladimir Fernandes Maciel Mônica Yukie Kuwahara Ana Claudia Polato e Fava	
DOI 10.22533/at.ed.9662015043	
CAPÍTULO 4	40
CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO INTERVENCIONISMO	
Bruno Pacheco Heringer Elton Duarte Batalha	
DOI 10.22533/at.ed.9662015044	
CAPÍTULO 5	55
CAPACIDADE ABSORTIVA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: ESTUDO EXPLORATÓRIO COM LAVANDERIAS DOMÉSTICAS EM SÃO PAULO	
Luiz Silva dos Santos Danilo Augusto de Souza Machado	
DOI 10.22533/at.ed.9662015045	
CAPÍTULO 6	67
AS CONTRIBUIÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TÉCNICAS, MATERIAIS E PROPOSTAS DE HABITAÇÃO SOCIAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Ana Helena A Dreissig	
DOI 10.22533/at.ed.9662015046	

CAPÍTULO 7	82
A INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES CONCEITUAL, METODOLÓGICA E INSTITUCIONAL	
Allison Haley dos Santos David Barbalho Pereira Laura Maria Silveira da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.9662015047	
CAPÍTULO 8	105
ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR: UM ESTUDO INVESTIGATIVO DAS STARTUPS EM RONDONÓPOLIS – MT	
Ramon Luiz Arenhardt Carlos Marcelo Faustino da Silva Sofia Ines Niveiros Josemar Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9662015048	
CAPÍTULO 9	126
GRUPOS SOCIAIS E SABERES AMBIENTAIS COEXISTENTES EM SINOP, MATO GROSSO: UM ESTUDO EM CONSTRUÇÃO	
Caroline Mari de Oliveira Galina	
DOI 10.22533/at.ed.9662015049	
CAPÍTULO 10	133
UM OBSERVATÓRIO LATINO-AMERICANO DA INDÚSTRIA 4.0	
Sérgio Roberto Knorr Velho Sanderson César Macêdo Barbalho	
DOI 10.22533/at.ed.96620150410	
CAPÍTULO 11	147
EIXO TEMÁTICO 2: TECNOLOGIAS TRADICIONAIS SABERES CONSTRUTIVOS DA AMAZÔNIA: MUDANÇAS DE PARADIGMA NO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ	
Ana Carolina Macêdo Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.96620150411	
CAPÍTULO 12	157
PLANEJAMENTO AMBIENTAL REGIONAL: UTILIZAÇÃO DA MATRIZ FOFA COMO FERRAMENTA DE APOIO A DECISÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Vania Elisabete Schneider Taison Anderson Bortolin Sofia Helena Zanella Carra Denise Peresin Geise Macedo dos Santos Bianca Breda Gisele Cemin	
DOI 10.22533/at.ed.96620150412	

CAPÍTULO 13	168
PERCURSOS RIZOMÁTICOS: O PATRIMÔNIO DAS FAVELAS CARIOCAS	
Teresa Hersen	
DOI 10.22533/at.ed.96620150413	
CAPÍTULO 14	181
HABITAÇÃO SOCIAL E VAZIOS URBANOS: A REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS ABANDONADOS COMO MEIO DE CONTRIBUIÇÃO NO DIREITO À CIDADE	
Marina Ribeiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.96620150414	
CAPÍTULO 15	194
NOVAS FORMAS DE MORADIAS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO HABITAR	
Luiza Moraes Cosso	
Flávia Jacqueline Miranda Fonseca	
Maria Lúcia Machado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.96620150415	
CAPÍTULO 16	209
NÍVEL DE MATURIDADE DA INTELIGÊNCIA COMPETITIVA: UM ESTUDO NAS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS DE RONDONÓPOLIS QUE POSSUEM CONTROLADORIA	
Percival Queiroz	
Josemar Ribeiro de Oliveira	
Sofia Inês Niveiros	
DOI 10.22533/at.ed.96620150416	
CAPÍTULO 17	226
MODELO DE CAPACITAÇÃO BASEADO EM EVIDÊNCIAS DE CUIDADOS COM IDOSOS FRAGILIZADOS OU EM RISCO DE FRAGILIDADE	
Bruno Leonardo Soares Nery	
Adriana Haack de Arruda Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.96620150417	
CAPÍTULO 18	238
MEMÓRIA, ACESSIBILIDADE E PERTENCIMENTO: UMA ANÁLISE DO 'BECO DO TELÉGRAFO' EM CAMPINA GRANDE - PB	
Aida Paula Pontes de Aquino	
Francisco Allyson Barbosa Silva	
Natália Yanna Figueiredo da Cruz	
Gabriel Higor Silva de Lima	
Francisco Eros Costa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.96620150418	
CAPÍTULO 19	255
ESTUDO EM CFD PARA A MAQUETE DO CAMPUS: EXPERIÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL	
Gilda Lucia Bakker Batista de Menezes	
Jennifer Jayanne Araujo de Lima Aragão	

João Augusto Jacinto Barros
João Augusto dos Santos Ferreira
Gabriella Silva do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.96620150419

CAPÍTULO 20 266

*CITY BRANDING: UMA MARCA PARA A CIDADE DE PIRACICABA-SP QUE A
REPRESENTE ATRAVÉS DA VISÃO DO SEU POVO, DA SUA CULTURA E DA SUA
HISTÓRIA*

Kleiton Web Rodrigues Viana

DOI 10.22533/at.ed.96620150420

CAPÍTULO 21 284

*AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA E ANTIOXIDANTE DO ÔMEGA-3 EM MODELO
EXPERIMENTAL DE INSUFICIÊNCIA HEPÁTICA AGUDA GRAVE EM RATOS
WISTAR*

Patricia do Amaral Vasconcellos

Michely Lopes Nunes

Marilene Porawski

Vanessa Trindade Bortoluzzi

DOI 10.22533/at.ed.96620150421

SOBRE A ORGANIZADORA..... 307

ÍNDICE REMISSIVO 308

EIXO TEMÁTICO 2: TECNOLOGIAS TRADICIONAIS SABERES CONSTRUTIVOS DA AMAZÔNIA: MUDANÇAS DE PARADIGMA NO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ

Data de aceite: 01/04/2020

Ana Carolina Macêdo Cardoso

Universidade Federal do Amapá. Departamento
de Ciências Exatas e Tecnológicas
cardosocarolinabo@gmail.com

RESUMO: A predominância de construções em alvenaria e concreto armado na cidade de Macapá-AP representa uma contradição quando se considera a diversidade de materiais e técnicas presentes na arquitetura dos povos tradicionais e nativos da Amazônia. Observa-se cada vez mais uma tendência a adotar procedimentos e materiais industrializados em detrimento dos recursos e saberes regionais. Macapá, como centro político e administrativo do estado do Amapá, tende a incorporar convenções exógenas, contudo a incorporação de aspectos construtivos industriais se apresenta como um processo recente – a partir de meados do século XX. Convém, então, indagar o que motivou a negligência para com os métodos próprios de manifestação cultural por meio da arquitetura inerente aos povos tradicionais. Macapá é uma capital atípica em relação aos demais centros urbanos do Brasil no que se refere ao porte, população e morfologia. A verticalização é um processo recente – intensificado na última década – de modo que

fazer uma leitura crítica da urbanização em centros urbanos da Amazônia tendo como ponto de partida a capital do estado do Amapá é de grande relevância não só pela cidade em questão, mas pelo contexto regional e global em que esta se insere. A arquitetura tradicional da Amazônia apresenta grande riqueza e diversidade na manifestação de formas, materiais e métodos construtivos, e revela um modo diverso de interagir com a natureza. Entretanto, embora declarada a importância em observar os aspectos formais deste tipo de manifestação arquitetônica, a intenção primordial deste trabalho é compreender ciclos culturais e ecológicos que abrangem estas comunidades. Valorizar os saberes e tradições dos povos nativos é não só valorizar o passado, mas estabelecer um diálogo com as populações não urbanas que vivem no ambiente amazônico – sejam indígenas ou ribeirinhas – e indicar possíveis mudanças de paradigma no espaço urbano da região.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura na Amazônia; arquitetura indígena; arquitetura ribeirinha; urbanismo na Amazônia.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Macapá tem apresentado nas últimas décadas acelerado crescimento

populacional. Ao mesmo tempo, a paisagem urbana da capital tem sido radicalmente transformada após a introdução de novas tecnologias construtivas intensificada pelas atividades mineradoras no estado a partir da criação do Território Federal do Amapá em 1943. Nesse período, ainda que manifestado tardiamente em comparação às demais capitais do Brasil, o movimento moderno se fez presente em Macapá por meio de inovações formais, tecnológicas e no modo como o tecido urbano se conformou a partir de meados do século XX.

Este artigo parte de uma inquietação acerca dos materiais utilizados pelos arquitetos e construtores em Macapá, uma vez que a partir de observações empíricas da cidade percebeu-se uma tendência à homogeneização formal e técnica, na qual o uso de concreto armado e alvenaria são predominantes. A pesquisa, no entanto, evolui em seguida a uma preocupação voltada para o modo como a cidade tem sido construída, não exprimindo a totalidade da diversidade cultural e étnica que se tem no estado do Amapá, cuja capital vem negligenciando a cultura e os saberes construtivos dos seus habitantes nativos ao longo das últimas décadas.

Parte da cidade exibe características construtivas típicas das grandes metrópoles, entretanto não se pode dizer que a forma de construir em Macapá seja efetivamente homogênea, uma vez que é possível notar em muitos bairros – especialmente aqueles localizados em áreas suscetíveis a alagamentos – construções em madeira e cujas características formais são distintas.

Ainda que a origem deste tipo de habitação remonte a séculos atrás, datando de períodos anteriores à colonização, comunidades indígenas e ribeirinhas ainda hoje utilizam de métodos semelhantes para construir suas vilas e habitações. Sua forma de interagir com a natureza difere do modo com que as cidades urbano-industriais tendem a interagir, não se dissociando dos ciclos ecológicos que a compreendem, mas se valendo destes na construção de sua vida cotidiana.

Observar as diferentes formas de fazer arquitetura oferece indícios de aspectos culturais que merecem atenção por revelarem uma relação de consonância com a natureza, contrariamente ao que se observa hoje no meio urbano em diversas cidades. Aprender sobre a cultura dos povos tradicionais da Amazônia auxilia não só na valorização dessas populações, mas pode nortear novas formas de pensar o espaço urbano contemporâneo.

Pretende-se, com este estudo, investigar a possibilidade de revalorizar a herança cultural e material dos povos tradicionais da Amazônia e pensar um espaço urbano mais ecológico e em conformidade com as diversas formas de vida neste bioma. Buscar alternativas à forma atual de se pensar o espaço urbano na Amazônia se faz necessário uma vez que as cidades reconhecidamente enfrentam dificuldades no que diz respeito ao emprego de um modo de vida mais sustentável.

Neste trabalho pretende-se pôr em análise o modo de vida, produção e consumo

nas cidades, e questionar como isso se reflete na arquitetura, especialmente nas cidades inseridas no bioma amazônico. Desse modo, pretende-se estudar diferentes formas de construir o cotidiano e fazer jus à diversidade biológica presente na Amazônia.

Por meio de revisão bibliográfica, observações empíricas por parte da autora e análise de dados, buscou-se traçar um panorama da conformação urbana em Macapá e em outras cidades amazônicas que se assemelham. A construção do pensamento foi embasada principalmente pela revisão do livro *Wajãpi Rena: roças, pátios e casas* (GALLOIS, 2009), que analisa o modo de vida e as construções dos índios Wajãpi, cujo território demarcado está inserido nos limites do estado do Amapá.

Ao longo das pesquisas, foi observado por autores como Gallois (2009) e Portocarrero (2018) a necessidade de integrar à Arquitetura e ao Urbanismo outras disciplinas, em especial a Ecologia e a Antropologia, a fim de abordar o tema da sustentabilidade na arquitetura com maior clareza e reconhecer sua complexidade. Dessa forma, buscou-se revisar não só publicações diretamente relativas à arquitetura, mas às demais disciplinas que abordam as comunidades estudadas.

O trabalho, pois, estrutura-se primeiramente com base no esforço em contextualizar as noções de sustentabilidade ambiental e urbana, e a crise nos sistemas de produção e consumo da atualidade. Posteriormente, abordar-se-ão os conceitos relativos ao que se considera neste trabalho como uma arquitetura tradicional e quais variáveis culminam na adoção deste termo. Fez-se necessário, em seguida, abordar os fatores técnicos e simbólicos presentes na introdução de novas tecnologias construtivas na cidade de Macapá a partir do século XX, e como isso se relaciona com as experiências e manifestações culturais preexistentes, bem como as contradições relativas a essas mudanças.

Por fim, foi possível analisar a relação entre as influências externas que se observa na cidade de Macapá e a conformação deste espaço urbano na configuração atual, indicando que ainda é possível perceber as marcas da colonização e do imperialismo na Amazônia e cuja arquitetura pode ser um forte instrumento de dominação. Como manifestação cultural dos povos tradicionais, no entanto, a arquitetura pode indicar possíveis mudanças de paradigma na forma como se enxerga e interage com a cidade nos dias de hoje.

2 | A NATUREZA DA CRISE AMBIENTAL

Em meio a uma crise ambiental que ganha cada vez mais destaque no cenário mundial, é de extrema importância rever a forma como Macapá tem se expandido, e por ser uma cidade inserida no bioma Amazônico, a capital exibe diversas

peculiaridades que pouco foram observadas em meio ao espírito universalizante do Movimento Moderno.

Segundo Arendt (2007), o que se denomina por moderno não representa os mesmos fenômenos cronologicamente lineares, pois a era moderna não coincide com a conformação de mundo como moderno. Cabe aqui, pois, delinear como a construção do pensamento referente a este tempo histórico influencia o cotidiano e a forma de interagir com a natureza nas cidades amazônicas hoje.

Muito do que é inerente ao lugar e seus habitantes, a partir dos ideais globalizantes do modernismo internacional, foi negligenciado, e com isso a cultura dos povos nativos da Amazônia é aos poucos esquecida. Mas o esforço no movimento contrário, na busca por valorizar os primeiros ocupantes do Brasil, é possível discernir os caminhos para a construção de cidades mais ecológicas e culturalmente viáveis.

É importante ressaltar que não se pretende abdicar radicalmente tudo o que é estrangeiro, uma vez que tal esforço seria desperdiçado diante de um mundo cada vez mais globalizado. O que se pretende, no entanto, é evitar uma assimilação imediata e acrítica aos ditames do mercado mundial em detrimento da diversidade cultural e construtiva presente na Amazônia.

A crise ambiental e urbana é uma crise do sistema financeiro em que vivemos, e não deve ser interpretada como algo à parte. Quando nos referimos à relação homem-natureza, corremos o risco de, com essa dualidade, interpretar o ser humano como alheio a esta. De fato, a ideia de dominação da natureza pelo homem é uma das marcas da modernidade, mas diante disso é necessário revisitar a história das relações humanas e interpretá-la a fim de esclarecer como se desenvolveu o processo do qual resultou o que hoje chamamos crise ambiental.

O que hoje se manifesta como crise ambiental é o próprio esgotamento do modelo urbano industrial, erguido sobre a episteme da modernidade, que reduziu o natural ao mero instrumento da produção de extensões técnicas imputadas ao desenvolvimento da sociedade urbano industrial. (Costa, 2016, p. 8)

É comum vincular a ideia de sustentabilidade a uma cidade mais “verde”, no entanto, ainda que se trate de uma associação metafórica, acaba por representar uma generalização que limita interpretações e ações no que diz respeito à diversidade da natureza na Amazônia, que se configura de forma policromática e multicultural, uma vez que “o caminho para a sustentabilidade urbana é o direito à diversidade urbana.” (Costa, 2016, p. 11). Dessa forma, é de crucial importância trazer para o centro deste debate a expressão das culturas nativas do Brasil e dos povos ribeirinhos da Amazônia.

O que chamamos de crise ambiental se trata de uma crise inerente ao sistema capitalista de produção. O próprio sistema é pautado em crises cíclicas que fortalecem

suas estruturas e acentuam as desigualdades sociais (Harvey, 2011). A natureza da crise ambiental tem suas raízes no sistema capitalista pautado na exploração do trabalho e da natureza. Hoje se observa uma precificação dos “recursos naturais”, estes enxergados como matéria prima passível de valoração pelo capital através da exploração do trabalho. No que se refere à arquitetura, esse processo se manifesta através do mercado imobiliário, da construção civil e de apropriações da cidade como valor de troca (Lefebvre, 2016).

A própria ideia de arquitetura “verde”, anteriormente citada, está inserida neste processo, uma vez que em geral é orientada pelo capital e pelo nicho sustentável do mercado. Como já mencionado por Costa (2016), não se nega a relevância do desenvolvimento de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente e ao uso de materiais menos nocivos, no entanto isso não basta para questionar e modificar de fato a lógica das estruturas sobre as quais as cidades contemporâneas se baseiam.

No contexto da Amazônia, hoje comumente vista como símbolo de esperança à sustentabilidade ambiental, evidencia através de sua história que desde o início é marcada por práticas colonizadoras de extrativismo e negação das populações nativas do lugar. A Amazônia como um vazio demográfico e uma “mata virgem” nunca correspondeu à realidade, uma vez que essa concepção parte de uma perspectiva eurocêntrica que considera o território desprovido da civilidade do homem branco e europeu. Desse modo, é necessário revisitar a história e reconstituir a conformação urbana de Macapá nos últimos séculos, a fim de melhor compreender os impactos dessas práticas no território amapaense.

3 | O ESPÍRITO DO HOMEM NA AMAZÔNIA

Movimentos no sentido de modernizar a capital do Amapá foram intensificados a partir de 1943, ano em que foi instituído o título de Território Federal, fator que motivou grandes transformações da paisagem urbana de Macapá. Conforme a pesquisa de Cordeiro; Matsunaga (2019) acerca dos projetos habitacionais empreendidos em Macapá a partir de 1943, a primeira intervenção habitacional de iniciativa governamental foi no governo Janary Nunes (1944-1955), durante o qual foram construídas casas em madeira para serem entregues aos novos funcionários da então recém designada capital do Território Federal do Amapá.

A opção por construir as novas habitações em madeira, vale destacar, era representativo do caráter provisório das residências, na concepção do governador, de modo que os empreendimentos habitacionais posteriores a este abandonaram o uso da madeira, como é o caso do Conjunto Habitacional da IPASE, realizado já ao final da década de 50 (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2019).

De acordo com o Relatório de Atividades ao Presidente do Brasil no ano de 1946

entregue pelo Capitão Janary Gentil Nunes acerca do Território Federal do Amapá, o uso da madeira como material construtivo na cidade de Macapá era predominante no período:

Todas as edificações existentes em Macapá, antes das construções do Governo de Vossa Excelência, com exceção dos prédios da Prefeitura Municipal e da Igreja, eram de madeira ou tabique e, na maioria, encontravam-se em péssimo estado. Umas foram adquiridas pelo Govêrno, outras alugadas e reconstruídas, para adaptação de serviços públicos e residências de funcionários. (NUNES, 1946, p. 99 apud CORDEIRO; MATSUNAGA, 2019, p.4).

A partir da gestão de Janary Nunes, Macapá passou por diversas transformações arquitetônicas e urbanísticas, e é a partir desse período que se observa no legado arquitetônico da cidade as primeiras ocorrências de características do neocolonial em ascensão no começo do século XX no Brasil.

A partir da atuação da ICOMI no estado, também foi possível observar na década de 1950 influências da arquitetura moderna brasileira, ainda que o arquiteto Oswaldo Bratke, responsável pelas vilas de Serra do Navio e Vila Amazonas, tenha demonstrado preocupação em adaptar suas construções às condições climáticas locais.

A atuação profissional do arquiteto se mostrou à frente do seu tempo no que diz respeito a uma arquitetura bioclimática, no entanto é crucial para o entendimento desse processo que as vilas de Serra do Navio e Vila Amazonas se tratavam de company towns, empreendimentos orientados a dar suporte às atividades comerciais protagonizadas pela ICOMI, de modo que a ausência dessa companhia no estado as deixou em um estado marginalizado e dissociado do meio inserido.

Por se tratarem de cidades construídas no estilo americano, naturalmente poderiam apresentar problemas de identificação em relação ao entorno e à população amazônica. É possível perceber também a partir desse período a introdução de novas técnicas e materiais até então desconhecidos na cidade, como o concreto. Até o momento a maior parte das edificações eram de madeira, palha, ou em casos de influência lusa do Brasil Colonial, de taipa e telhado de barro.

Mas o que vale destacar no caso das vilas da ICOMI foi o modo como introdução de técnicas e materiais construtivos industrializados até hoje reverbera em várias referências arquitetônicas da cidade. As novas técnicas, no entanto, são representativas de uma radical mudança no modo de vida da população, uma vez que o estilo de vida americano até aquele momento se mostrava totalmente diferente do cotidiano vivenciado pelo natural da região amazônica.

A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e das tecnologias da informação, as influências externas sobre Macapá passaram a se manifestar de modo mais incisivo e com maior velocidade. Criou-se o ideal de modernização no

imaginário dos moradores, de modo que adaptar as construções em madeira para alvenaria passou a representar uma evolução, um símbolo de ascensão social e econômica. Habitar as margens dos rios deu lugar aos loteamentos residenciais, cuja ideia de natureza é fabricada pelas convenções do capital (HENRIQUE,2009).

Faz-se necessário, nesse contexto, delinear um recorte de classe, uma vez que os loteamentos residenciais afastados e “próximos da tranquilidade da natureza” estão disponíveis apenas à parcela mais privilegiada da população, enquanto “habitar sobre as águas”, o que poderia representar uma relação de codependência com a natureza, é aqui interpretado sob o viés da precariedade.

Políticas de higienização social são observáveis em diversas cidades brasileiras ao longo da história, e no caso de Macapá elas se constituem pela contradição entre segregar socialmente aqueles que se valem dos ciclos da natureza para sua sobrevivência ao mesmo tempo em que os lotes em face do rio Amazonas apresentam o maior valor de mercado.

4 | PATRIMÔNIO EDIFICADO E O IMAGINÁRIO POPULAR

As políticas de modernização implementadas na Amazônia a partir da década de 1960 alteram as relações sociais entre as cidades e o modo como seus habitantes interagem entre si e com o patrimônio edificado, e é desse modo que a falta de identificação com o que se constrói gera impactos sobre o cotidiano dessas comunidades.

Muito do que se considera como elementos de interesse à preservação no Brasil advém do período pós colonização e em Macapá, os bens edificados a partir do período do Território Federal, uma vez que estavam em sintonia com os estilos em voga em outras regiões do Brasil, como o neocolonial e a arquitetura moderna. Ainda que as edificações desse período sejam negligenciadas pela população e pelo poder público no que se refere à sua preservação, vale indagar acerca de quão representativos da cultura amapaense estes bens foram no período de sua construção, e se o acesso a essas edificações apenas pela elite local contribuiu para a pouca apropriação desse legado pela população em geral.

Cabe ressaltar ainda o modo como o patrimônio construído na cidade de Macapá ao longo dos anos interagiu com os rios e áreas alagadas. Observa-se uma tendência à descaracterização da paisagem em negação ao rio, tanto em empreendimentos públicos em grandes obras de canalização e aterros como nas residências em que os moradores almejam aterrar seus terrenos quando estes são suscetíveis ao alagamento.

Mesquita (2016) considera que o rio é “também passível de valoração enquanto patrimônio cultural, pois representa um modo de ocupação reproduzido por séculos

e que ainda sobrevive, mesmo diante da pressão de culturas homogeneizantes. ” (MESQUITA, 2016, p. 18).

O termo populações tradicionais foi adotado neste artigo para designar as comunidades cujos costumes e vida material se assemelham ao que foi transmitido por séculos através dos habitantes nativos do Brasil, e que caracterizam diversas comunidades ribeirinhas localizadas na Amazônia. Segundo Silva; Tavares:

O termo “populações tradicionais” é bastante apropriado para se compreender a sociedade amazônica. É antes de tudo uma categoria de classificação frequentemente utilizada para definir pequenos produtores rurais de ocupação histórica e distinguir habitantes tradicionais dos imigrantes. Mas, também, um termo que tem sido usado no sentido de autonomação e demarcação de identidade territorial, entendida aqui no sentido de espaço construído e representado como referência identitária. (SILVA; TAVARES, 2006, p. 4)

A diversidade da cultura desses povos resguarda muitos saberes que ultrapassam a sua arquitetura, abrangendo seus processos de trabalho, práticas sociais e produção simbólica. O lugar onde convivem é enxergado como espaço de moradia, sobrevivência, convivência comunitária e educação (SILVA; TAVARES, 2006).

Diante da diversidade cultural do que se estabelece neste estudo como povos tradicionais, faz-se necessário um recorte que de modo algum expressa a totalidade dos saberes e vivências da Amazônia, entretanto serve ao propósito de ilustrar uma entre as várias formas de se interagir com a floresta. O livro Wajãpi Rena apresenta, pois, alguns dos aspectos de uma cultura amazônica pela perspectiva da arquitetura desse povo, com o objetivo de ampliar as percepções acerca do modo de vida das comunidades tradicionais.

A autora ressalta a necessidade de se agregar conhecimentos de outras disciplinas como a ecologia e a antropologia uma vez que a arquitetura aqui compreendida não pode ser interpretada em sua totalidade se dissociada dos aspectos culturais e sociais do modo como os Wajãpi interagem com o ambiente.

Os materiais utilizados pelos wajãpi nas construções de suas casas são majoritariamente em madeira e palha de diferentes espécies arbóreas de acordo com o uso a que se destina. Em uma casa wajãpi poderão ser encontradas aproximadamente 20 espécies vegetais diferentes, e o rigor construtivo dos acabamentos varia conforme a experiência e habilidade do construtor (GALLOIS, 2009).

As efêmeras construções dos wajãpi – degradadas no tempo de até cinco anos – estão em conformidade com seu modo de vida nômade no qual as comunidades se deslocam periodicamente no território por fatores como a disponibilidade de alimento e materiais para suas casas, em decorrência de mortes, nascimentos ou uniões, de modo que “é a combinação de fatores de ordem social e ecológica que determina

os movimentos de concentração e de dispersão dos wajãpi, em seu território. ” (GALLOIS, 2009, p. 13)

Portocarrero afirma que a padronização estética e arquitetônica advinda de sociedades distantes da nossa, imposta pelo setor da construção civil, é responsável por desvalorizar os bens simbólicos associados à nossa própria cultura. Necessita-se, no entanto, situar esse processo no contexto do capitalismo global e observar como o exercício da arquitetura pode estar vinculado ao capital em detrimento do fazer construtivo e cultural das comunidades amazônicas.

Nas comunidades tradicionais, segundo Silva; Tavares (2006), muitos saberes se entrelaçam e orientam seus processos sociais e práticas de trabalho, demarcando a biodiversidade e multiculturalidade amazônicas e compreendendo a floresta não apenas como espaço de trabalho, mas como lugar de educação e convivência comunitária. Isso demarca a diferença entre a produção material urbana que se tem construído em Macapá nas últimas décadas – que valoriza os bens econômicos que essas edificações representam para o mercado – e o valor simbólico que foi construído por gerações durante os séculos de ocupação humana neste território.

5 | CONCLUSÃO

A atual predominância de construções em alvenaria não é por si só um aspecto negativo, mas que o fato de se manifestar como uma incorporação de influências externas que não valorizam os saberes construtivos locais dos ribeirinhos e dos indígenas pode ser interpretado como uma forma de negação dessas culturas. A cidade não tem dado espaço para que a riqueza construtiva das culturas nativas seja manifestada.

O objetivo do estudo das populações indígenas e ribeirinhas não se trata de uma busca por mera assimilação do seu fazer tecnológico, mas de pôr em análise o próprio modo de produção e consumo das cidades inseridas no modelo urbano-industrial. É um direito de todos deixar heranças culturais aos seus descendentes, no entanto esse direito parece ter sido violado para com os primeiros habitantes do Brasil. Na floresta ou na cidade, a Amazônia é o habitat das populações que nela residem, diferindo apenas no que se refere ao seu modo de habitar.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CORDEIRO, Kevin; MATSUNAGA, Melissa. Projetos habitacionais empreendidos pelo Poder Público em Macapá-AP: de 1943 a 2018. In: Enanpur, 18., 2019, Natal. Anais dos Trabalhos. Natal: Enanpur, 2019.

COSTA, Jodival Mauricio. O direito à cidade sustentável como utopia. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 14., Barcelona. Anais. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016.

GALLOIS, Catherine. *Wajãpi rena: roças, pátios e casas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio/APINA/Iepé, 2009.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador, BA. EDUFBA, 2009. Disponível em <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 31 out, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010: Amostra Domicílios. Amapá, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/pesquisa/23/47427>> Acesso em: 24 ago. 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. Tradução de Cristina C. Oliveira. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

LUNA, Verônica Xavier. Um cais que abriga histórias de vida: homens e máquinas construindo o social na cidade de Macapá (1943-1970). 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará.

MESQUITA, Fernando. A proteção do patrimônio cultural ribeirinho na Amazônia: o caso de Afuá – PA. In: Colóquio Ibero-Americano, 4., 2016, Belo Horizonte. Trabalhos, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

PORTOCARRERO, José Afonso Botura. *Tecnologia Indígena em Mato Grosso: habitação*. 2. ed. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2018.

SEGAUD, Marion. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. Tradução de Eric R. R. Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. 313 p.

SILVA, M. G.; SOUZA, J. A. A.; TAVARES, M.G.C. Saberes locais e manejo sustentável dos recursos da floresta. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 3., 2006, Brasília – DF. *Anais dos Encontros*, Brasília – DF: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006.

PORTO, Jadson. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. 2002. 216 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 8, 22, 24, 26, 32, 33, 36, 184, 206, 238, 239, 248, 250
Agropecuária 129, 224
América Latina 84, 90, 103, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 191
Arquitetura indígena 147, 196
Arquitetura ribeirinha 147
Assistência social 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 75

C

Capacidade absorviva 6, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65
Cesta básica 6, 12, 13, 15, 16, 17, 21
CFD 8, 255, 256, 257, 259, 260, 263, 265
Competitividade 5, 55, 91, 95, 106, 133, 134, 212
Construção civil 6, 67, 68, 70, 72, 73, 76, 79, 80, 151, 155, 198, 255, 256

D

Desenvolvimento 6, 7, 1, 4, 7, 10, 11, 13, 25, 40, 41, 44, 45, 46, 51, 55, 56, 58, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 123, 124, 130, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 166, 167, 175, 178, 181, 182, 187, 188, 189, 197, 198, 200, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 217, 226, 229, 234, 253, 257, 268, 273, 287, 301
Desenvolvimento regional 158, 159
Desenvolvimento sustentável 6, 7, 67, 69, 70, 72, 76, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 157, 158, 181
Diagnóstico urbano 238, 244
DIEESE 12, 13, 15, 16, 21
Diversidade 126, 131, 132, 147, 148, 149, 150, 154, 157, 166, 169, 178, 276

E

Economia 5, 2, 6, 14, 21, 23, 24, 25, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 53, 64, 72, 74, 75, 76, 80, 86, 88, 90, 103, 104, 107, 109, 118, 124, 125, 134, 138, 142, 156, 166, 167, 192, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 235, 243
Empreendedorismo 49, 52, 88, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 120, 122, 123, 124, 180
Estado 2, 3, 4, 5, 6, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 60, 71, 75, 84, 87, 89, 96, 100, 103, 108, 109, 110, 112, 116, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 147, 148, 149,

152, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 170, 172, 175, 178, 186, 188, 194, 198, 229, 230, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 266, 267, 274

F

Favela 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

G

Gestão ambiental 80, 102, 104, 158, 159, 167

H

Habitação social 6, 8, 67, 72, 181, 192

História da arquitetura 194

I

Identidade visual 266, 282

Idosos 8, 6, 182, 201, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Impactos socioambientais 126

Indústria 4.0 134, 135, 145, 146

Industrialização 78, 189

Inovação 13, 56, 57, 59, 60, 103, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 134, 138, 139, 141, 198, 202, 214, 256

Inteligência competitiva 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 219, 224, 225

L

Lavanderias 6, 55, 57, 60, 61, 62, 65, 202

M

Matriz FOFA 7, 157, 158, 161, 164

Mobilidade urbana 6, 22, 37, 95, 166

Modelagem 255, 256, 260, 262

Morfologia urbana 168, 177, 178

P

Preços 6, 12, 13, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 44, 45, 47, 52, 60, 199, 206

Proteção social 6, 1, 5, 6, 7, 10

R

Reabilitação 8, 81, 181, 188, 192, 235, 243

Rede 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 75, 92, 103, 114, 115, 133, 171, 192, 228, 235

S

Saberes ambientais 7, 126, 128, 131, 132

Segregação 26, 179, 181, 189, 197

Startups 7, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Sustentabilidade 66, 67, 69, 70, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 95, 99, 100, 102, 104, 128, 132, 149, 150, 151, 165, 200

T

Território 2, 10, 51, 67, 69, 80, 126, 128, 129, 131, 132, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 170, 174, 175, 177, 178, 183, 184, 195, 196, 197, 267

U

Uso do solo 95, 129

V

Valor 16, 27, 30, 31, 34, 36, 40, 42, 55, 56, 57, 58, 59, 72, 107, 108, 117, 134, 141, 151, 153, 155, 175, 183, 189, 190, 191, 197, 201, 219, 238, 239, 243, 273, 275, 276

Vulnerabilidade em saúde 226

 **Atena**
Editora

2 0 2 0